

## 4

### O OLHO DO FURACÃO

#### A saudade dos Descobrimentos (ou a Descoberta da Saudade)

“Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Álvaro de Campos. *Tabacaria*.

Já tivemos a oportunidade de acompanhar a maneira singular como Barradas define o papel dos Descobrimentos na História de Portugal:

“...toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”<sup>148</sup>

O motivo de apresentar o trecho acima ao leitor uma segunda vez é que acredito que ele sintetiza toda uma série de concepções que exercem um papel central no pensamento de Barradas. A análise cuidadosa desse único parágrafo nos permitirá entender muito melhor o objeto de estudo deste trabalho: a produção historiográfica e política de Barradas e a forma como se relacionam.

A primeira vista o trecho anteriormente apresentado pareceria apenas mais um caso de determinismo histórico. E não seria de se estranhar, afinal a determinação teleológica do passado pelo futuro sempre esteve muito presente na reflexão historiográfica moderna. A leitura de autores como Arendt e Koselleck<sup>149</sup> nos permitem situar o surgimento da noção de um sentido histórico no século XVIII – embora alguns autores como Löwith<sup>150</sup> acreditem que as origens desse processo sejam ainda mais remotas. De qualquer forma a perspectiva temporal elaborada pela História Filosófica, no século das luzes, tem desde então estado de alguma forma presente no nosso trabalho.

---

<sup>148</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. Um outro trecho dessa mesma obra nos transmite imagem idêntica: “O Renascimento português é a placa giratória de toda a história de Portugal, como já dissemos.”

<sup>149</sup> *Entre o futuro e o passado*. Perspectiva: São Paulo, 1992. para a primeira autora e *Futuro Passado*. Paidós. Barcelona, 1979. para o segundo.

<sup>150</sup> Karl Löwith. *O sentido da História*. Edições 70. Lisboa, 1991.

Essa cultura historiográfica moderna, na qual certamente ainda estamos mergulhados, diferia profundamente da perspectiva Clássica da História: a “*Historia Magistra Vita*”. De acordo com esta noção historiográfica a função do historiador era, literalmente, a de contar *histórias*, ou seja, a de produzir relatos sobre eventos que, de preferência, tivesse presenciado. A utilidade disso era disponibilizar aos seus leitores um grande conjunto de exemplos de ações e resultados que teriam uma função pedagógica. Da mesma forma que um homem, ao longo da sua vida, é capaz de aprender com seus próprios erros e acertos – com sua experiência individual, portanto –, o relato das vidas de outros poderiam servir a ele como uma extensão da sua própria experiência. Dessa forma esse homem não precisaria incorrer nos mesmos erros que outros já haviam cometido. A base desta perspectiva é uma certa indistinção temporal: o que permite que os fatos já ocorridos sirvam de lição para o presente é a idéia de que a situação passada é idêntica, ou na melhor das hipóteses, muito semelhante, à atual. Assim os fatos que influenciaram a ascensão de César e o fim da República Romana poderiam ser estudados por alguém que vivesse quinze séculos depois para evitar que um processo semelhante ocorresse em sua cidade-estado – como se a passagem do tempo não tivesse alterado a sociedade de forma que a repetição das mesmas ações do passado produzisse os mesmos resultados.

Em contraposição a esse tipo de História o século XVIII nos apresentou a noção de distinção temporal: a idéia de que cada tempo era uma realidade única e distinta de todas as anteriores, e de que os fatos não se repetiam nunca ao longo da História. Além disso, uma racionalidade tipicamente iluminista passou a projetar-se na produção historiográfica. Assim procurou-se nos acontecimentos, que antes eram apenas isso, *acontecimentos* isolados, uma lógica que lhes desse *sentido*. A existência dos sofrimentos e desventuras a que estava submetida da raça humana, que eram anteriormente justificada pela providência divina, com a expansão de uma cultura laica precisavam ser explicados de outra forma. Progressivamente começou a se afirmar a idéia de que todos os eventos vividos pelos homens estavam ligados numa cadeia, numa linha temporal marcada pelo sucessivo aperfeiçoamento que desembocaria em uma utópica era final, localizada no futuro, onde, via de regra, atingiria-se a perfeição e onde enfim o ser humano poderia ser feliz. O trabalho do historiador, desde então, deixou de ser a produção de *histórias* (ou seja relatos isolados, sem nenhuma conexão causal uns com os outros) para

ser a investigação da *História*, esse sentido que arrastava consigo toda a espécie humana – o “singular coletivo” para utilizar a terminologia de Koselleck<sup>151</sup>.

Não deveríamos achar estranho encontrarmos tal noção teleológica na reflexão de Barradas, afinal, a formação do historiador, na sua época ainda mais do que hoje, sempre comporta um contato com tal perspectiva, tão importante para a moderna constituição da nossa disciplina. Isso se torna ainda mais claro ao verificarmos os principais referenciais teóricos de Barradas, que, como tantos outros de sua época, estavam polarizados entre a tradição marxista e a escola dos *Annales* de Febvre e Bloch. Se, embora com certa dificuldade, conseguimos ainda identificar a importância de tal perspectiva nos *Annales*, não será nem um pouco complicado demonstrar a importância dessa teleologia na teoria marxista e sua crença utópica na irreversível marcha da humanidade em direção a sociedade comunista. A leitura de Lowith<sup>152</sup>, por exemplo, nos permite entender o sentido histórico marxista como uma espécie de secularização da escatologia cristã.

Esses dois campos de pensamento distintos, muitas vezes opostos, eram referenciais de igual importância para Barradas, que, em suas reflexões, conciliava ambas perspectivas sem ver nisso grande contradição. Nesse momento é interessante fazermos um pequeno parêntese na nossa reflexão para, partindo da leitura de Falcon, analisarmos com mais atenção esse ponto:

“Afinal, como entender no pensamento do autor as relações entre o marxismo – Marx/Engels e Althusser – e a historiografia francesa dos ‘Annales’? (...) Na verdade, essa questão sobreviveu até os dias de hoje e já mereceu tentativas de respostas as mais variadas com afirmações que vão da hipótese de uma contradição velada ou disfarçada à de uma verdadeira harmonia e complementaridade.

Na época em que escreveu (...) Barradas não era uma exceção ao encarar e citar com naturalidade as principais idéias de Braudel e Althusser. Em face dos antigos e poderosos adversários como o ‘positivismo’ e o ‘historicismo’, parecia bastante natural a Barradas e a tantos outros a associação do marxismo com a historiografia francesa da Escola dos Annales.”<sup>153</sup>

Assim, o materialismo histórico e a historiografia francesa eram, para Barradas e muitos de seus contemporâneos, armas a ser usadas contra a empoeirada História tradicional. Eram ambas a culminância de uma linha de desenvolvimento científico:

---

<sup>151</sup> *Idem.*

<sup>152</sup> *Idem.*

<sup>153</sup> *Idem.*

“Ele tinha teorias interessantes em relação à própria Escola dos Annales. Era um assunto polêmico. [Nem todas as pessoas] endossavam essa perspectiva dele. Mas ele achava, por exemplo, que a Escola dos Annales tivera um papel (alguns historiadores dessa escola) muito grande porque retiraram de um certo esclerosamento as idéias radicais de um certo marxismo e repuseram isto. Então ele atribuía à escola dos Annales um sopro de renovação, digamos, dentro de uma história das idéias marxistas que estavam um pouco sufocadas ou condenadas a certo esquematismo, a uma ortodoxia que era absolutamente condenável. Então ele tinha uma certa leitura da Escola dos Annales que era *sui generis*. Outros achavam que não, [que] eles [os Annales] passavam ao largo do materialismo histórico (...). Eu me lembro das pessoas discutindo com ele. (...) Ele afirmava isso: que um significado último dessa escola teria sido a de uma renovação mesmo do materialismo histórico”<sup>154</sup>

Também o relato de Fernando Novais é bastante esclarecedor sobre esse ponto:

“O Barradas não via nenhuma incompatibilidade em ser um membro da Academia – ele era do grupo dos Annales (...) –, [entre] o tipo de história que ele fazia (...) e o marxismo. (...) A gente discutia com o Barradas: ‘Marxismo é outra coisa... Há uma contradição entre marxismo e [a história dos Annales]...’ e ele: ‘*Não! É ciência!*’”<sup>155</sup>

Assim, para Barradas, o materialismo histórico e a historiografia francesa eram em essência a mesma coisa: o resultado do desenvolvimento da ciência histórica. No livro *Da História-Crônica a História-Ciência*, ele descreve essa evolução pela qual teria passado a História, que era semelhante ao processo que havia marcado anteriormente outros campos de conhecimento, como a Matemática, a Astronomia, a Física, a Biologia... “Todas as ciências passaram, num dado momento da sua história, por uma grande revolução epistemológica: a que as fez *saltar* do conhecimento sensível ao conhecimento inteligível.”<sup>156</sup>

Esse “salto” do sensível ao inteligível seria uma passagem do conhecimento “pré-científico” para o “científico”, e no caso da disciplina histórica era a transição de uma “História-Crônica”, mero relato dos acontecimentos, para uma “História-Ciência”, que introduzia a análise no lugar da simples descrição e atribuía mais peso ao social que ao indivíduo. Para Barradas a primeira grande revolução epistemológica que marcaria essa virada não poderia deixar de ser, é claro, o surgimento da teoria marxista. “O materialismo histórico, a ciência da história, criada por Marx, ultrapassaria a história *événementielle*, a crônica, e

<sup>154</sup> Ana Maria de Almeida Camargo. *Idem*.

<sup>155</sup> Fernando Antonio Novais. *Idem*

<sup>156</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. *Idem*.

tornaria inúteis as especulações ideológicas e teológicas das ‘filosofias das história’.”<sup>157</sup>

Mas Marx não era visto como o único catalisador dessa virada do sensível para o inteligível. Utilizando o conceito althusseriano de “rupturas epistemológicas continuadas”, Barradas localiza Marx no centro de uma revolução científica que, na verdade, teria sido precedida por outros autores. Seguindo essa linha de raciocínio faz um tremendo esforço para inserir autores como Voltaire, Condorcet<sup>158</sup>, Michelet, Thierry, Guizot e o português Alexandre Herculano, em uma linha de desenvolvimento científico que conduz necessariamente à teoria marxista. Essa virada epistemológica também não terminaria em Marx, mas continuaria na medida em que novos autores contribuísem para um progressivo desenvolvimento das ciências históricas. Isso abre um espaço para que Barradas localizasse implicitamente a história social do século XX na esteira de um processo aberto pela teoria marxista<sup>159</sup>.

De fato, observados sob essa ótica, marxismo e *Annales* não parecem tão distantes, e, de minha parte, se eu tivesse que classificar ambos dentro desse esquema bipartido, não teria dúvida em colocá-los lado a lado no campo da “História-Ciência”. Talvez seja sorte nossa que a tendência a classificar todos os aspectos da vida humana em rígidos esquemas evolucionistas tenha sido superada. Ou talvez seja azar nosso. O certo é que para os historiadores da época de Barradas, especialmente para aqueles que criticavam a história positivista ou *événementielle*, essa tendência era muito forte e determinou não só a análise de Barradas em *Da História-Crônica à História-Ciência*, como também seu próprio

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Curiosamente, Voltaire e Condorcet, são autores (acrescidos de outros) analisados por Karl Löwith, em *O sentido da História*. Idem. como exemplos de secularização da teleologia escatológica de origem cristã que está na base do surgimento de uma noção de “progresso” para a História na modernidade. Comte, outra importante referência para Barradas em *Da História-Crônica à História-Ciência*, também é elencado por Löwith como uma dessas “secularizações”, assim como o próprio marxismo.

O fato é que, onde Barradas vê desenvolvimento científico – para ele de alguma forma ligado a capacidade teórica de propor análises que produzissem coerência ao devir histórico (substituindo o sensível-descritivo pelo inteligível-analítico) – Löwith vê secularização da escatologia cristã.

<sup>159</sup> De fato, o surgimento do marxismo não é visto nem como princípio, nem como a conclusão desse processo de desenvolvimento das ciências históricas, mas como o auge desse processo, ou, para usar as palavras do próprio Barradas, como o “pólo mais saliente” dessa ruptura epistemológica. Isso coloca o materialismo histórico em uma posição de *centralidade* dentro da História da História que é muito semelhante à centralidade dos Descobrimentos na História de Portugal.

posicionamento teórico ao associar correntes historiográficas que hoje nos parecem inconciliáveis.

A leitura dessa obra de Barradas nos permite ver com clareza o quanto era importante essa perspectiva teleológico-progressista na sua formação. Tão importante que incidia sobre a própria forma como analisava o desenvolvimento das ciências históricas.

No entanto, devemos ter cuidado para não resumirmos nossa compreensão da interpretação que Barradas nos apresenta para a História de Portugal como fruto somente dessas influências. Se observarmos com cuidado o trecho de *Rumo de Portugal* anteriormente citado veremos que não se trata de um caso de determinismo histórico comum. Melhor formulando, embora estejamos diante de um tipo de determinismo histórico, não se trata de um modelo determinista progressista. Acompanhando a imagem formulada por Hans Jonas:

“...com o progresso moderno, como fato e idéia, surge a possibilidade de se considerar que todo o passado é uma etapa preparatória para o presente e que todo presente é etapa preparatória para o futuro. (...) [o que] condena todo o passado como provisório, despido de valor próprio ou, no melhor dos casos, transforma-o em veículo para alcançar o fim prometido que se aproxima, em meio para atingir o único objetivo futuro que realmente vale a pena perseguir.”<sup>160</sup>

Não é disso, definitivamente, que se trata a interpretação de Barradas, afinal, o passado para esse autor não é “despido de valor próprio”. Ao contrário, é o Passado de Portugal – ou melhor, um período do passado de Portugal – que organiza toda a seqüência de acontecimentos da História Lusitana. Na sua forma característica de determinismo, os Descobrimentos organizam todos os eventos anteriores e, também, todos os posteriores – “Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”<sup>161</sup>

Como, então, explicar a centralidade que os Descobrimentos ocupam na historiografia de Barradas? Talvez o texto de Jobson Arruda nos dê alguma pista:

“Nos países jovens, como o Brasil, olha-se menos para o passado, escasso e fugidio, preferindo-se cultivar com força as promessas do futuro. Mas Portugal carrega o peso da história, do excesso de história, da qual não pode desvencilhar-

<sup>160</sup> Hans Jonas. *O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Contraponto/Ed. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>161</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

se, obrigando-se a viver como ‘uma ilha simbólica’, que, ao voltar-se para o passado, deseja ‘saber se ainda terá futuro’.”<sup>162</sup>

No entanto isso também não nos parece suficiente para explicar a concepção de Barradas acerca dos descobrimentos. A mentalidade a que Jobson faz referência apenas parece inverter o determinismo teleológico clássico da historiografia moderna. Se neste o passado é apreendido em função do futuro, na cultura portuguesa dá-se simplesmente o contrário. Não é o que ocorre no caso do Renascimento Português de Joaquim Barradas de Carvalho. Neste caso *um* episódio específico do passado é eleito como alvo das expectativas em relação ao futuro, e este episódio não apenas determina o futuro, como também o passado que o antecede.

A esse respeito talvez seja interessante a análise de uma palestra proferida por Barradas nos dias 20 de Março e 3 de Abril, no Anfiteatro Fernand Braudel do Departamento de História da USP, para os alunos do 1º ano do curso de História, em que tratava dessa questão. Essa palestra foi publicada com o título “Sobre a História e Ciências Humanas” no livro *Da História-Crônica a História-Ciência*<sup>163</sup>. Nesse texto Barradas parte para uma luta em defesa da História. Aliás, ao longo de todo o livro revela-se uma inequívoca “apologia” da História<sup>164</sup>. No texto em questão Barradas caracteriza a História como a “Ciência Fundamental entre as Ciências Humanas”. Na sua leitura a História teria um papel, em relação às outras ciências sociais, semelhante ao que física teórica teria para a

<sup>162</sup> José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” *Idem*.

<sup>163</sup> *Idem*.

<sup>164</sup> Isso fica evidente, por exemplo, na retomada da clássica ordenação das ciências de Comte. Nessa classificação Comte organizava as disciplinas “de acordo com a simplicidade e generalidade decrescentes e a dependência crescente dos fenômenos estudados.” Assim, de acordo com a leitura de Barradas, a ordenação positivista vai do mais simples e geral para o mais complexo e particular. Para ele a ordenação dos conhecimentos deveria ser feita a partir de um critério cronológico baseado em suas passagens de pré-ciência para ciência. Assim a Revolução epistemológica teria se dado inicialmente nos domínios mais simples, como o da matemática, por exemplo (cuja entrada no campo científico ele faz remontar aos pitagóricos, no século VI a.C), e, somente em períodos mais recentes, nas áreas de estudo de maior complexidade, como a História: “É que na verdade muito logicamente, a revolução epistemológica deu-se dos domínios mais simples para os mais complexos: *matemática*, e depois, *astronomia*, *física*, *química*, afinal os mais simples, aqueles em que o objeto de estudo são seres inanimados; depois, a *biologia*, em que a complexidade aumenta, isto é, o objeto de estudo são seres vivos; depois ainda, no nosso caso, a *psicologia*, em que a complexidade aumenta ainda mais, isto é, o objecto de estudo não é apenas um ser vivo, mas um ser vivo racional, com pelo menos, um mínimo de capacidade de autodeterminação... (...) Ora, na nossa ordenação (...) falta-nos a cúpula, isto é, a *sociologia*, como quer Auguste Comte, ou a *história*, como queremos nós.” *Idem*. Assim, no topo da hierarquia das disciplinas Barradas colocava a História.

experimental. Assim, se a Economia e a Sociologia seriam “ramos de conhecimento bem mais *operacionais* do que a História”, por outro lado essas disciplinas não poderiam prescindir da variável *tempo*, e portanto teriam como base indispensável o conhecimento histórico: “*Elas serão necessariamente históricas, se quiserem ser ciências.*”<sup>165</sup>

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Barradas cita “o movimento esboçado por Henri Berr (...) e verdadeiramente lançado por Lucien Febvre e Marc Bloch – depois sob a direção de Fernand Braudel” como o responsável pelo quase completo desaparecimento das barreiras entre as ciências sociais, que fez aparecer a “vocação imperialista” da História, que passou a investigar objetos que antes eram tradicionalmente de domínio de outras disciplinas. O fim das antigas fronteiras entre os campos de conhecimento transformava a História em uma presença constante em todas as disciplinas, na mesma medida em que todas elas passavam a fazer parte do campo de atua o do historiador<sup>166</sup>.

Todo esse raciocínio se desenvolve como uma espécie de resposta ao “menosprezo pela *História*, pelas *Ciências Históricas*, entre a juventude”<sup>167</sup> que surpreendeu Barradas no Brasil. Para explicar esse menosprezo, Barradas parece, por um momento, aproximar-se da idéia apresentada por Jobson:

“Para explicar esse facto (...) poderíamos ser levados a pensar que *a presença da história*   forosamente maior em países com oito séculos de história, como os da Europa, do que em países com apenas quatro séculos de história, como os da América. Poderíamos até ser levados a pensar que um baiano tem mais o sentido da história do que um paulista. Mas parece-nos que a razão daquilo que chamei *menosprezo pela História, pelas Ciências Históricas*, em favor das Ciências Sociais, das Ciências Humanas que não são a história, não é esta, não é pelo menos inteiramente esta. A razão para esse menosprezo parece estar noutro lado. Para a juventude paulista – podermos certamente dizer, para a juventude brasileira –, e seguramente para a juventude americana, a História, as Ciências Históricas, aparecem confundidas com a *tradi o*, e a tradi o aparece confundida com algo que se assemelha *a um peso morto*.

<sup>165</sup> Todas as cita es nesse parágrafo são de *Da História-Crônica   História-Ciência*. Idem. Todos os grifos do autor.

<sup>166</sup> A cita o desse parágrafo também pertence ao *Da História-Crônica   História-Ciência*. Idem., onde pode-se ler o seguinte trecho que exemplifica o exposto nas últimas linhas: “A *geografia histórica*, ou melhor, a *geo-história*, não é mais do que a *geografia do passado*. A *geografia* não é mais do que a *geografia histórica*, ou melhor, a *geo-história do presente*. A *história econ mica* não é mais do que a *economia política*, ou melhor, a *ciência econ mica do passado*. A *economia política*, ou melhor, a *ciência econ mica*, não é mais do que a *história econ mica do presente*. A *história social* não é mais do que a *sociologia do passado*. A *sociologia* não é mais do que a *história social do presente*...”

<sup>167</sup> Idem.



Ora, o Brasil é um país quase das dimensões de um continente, e um país atrasado, um país em vias de desenvolvimento.

Nada de mais tocante e nobre do que a inquietação da juventude brasileira, que quer com todas as suas forças – queimando, se possível, etapas – colocar o Brasil no lugar a que tem direito, entre as grandes potências mundiais.

Ora, parece-nos ser esta pressa da juventude brasileira – merecedora dos maiores elogios e da maior admiração – que a leva para as Ciências Humanas, para as Ciências Sociais, que não são a História, as Ciências Históricas. Esta pressa leva a juventude brasileira para a Economia. Leva a juventude brasileira para a Sociologia. A Economia, a Sociologia surgem-lhe como ramos do conhecimento mais *operacionais* do que a História, as Ciências Históricas. A História surge-lhes como uma peça de museu, uma velharia de que há sobretudo que nos libertarmos... E entre os vários ramos, no exemplo da Sociologia, poderemos sem receio apostar que a preferência é dada à *Sociologia do Desenvolvimento*.<sup>168</sup>

O verdadeiro motivo do menosprezo pela História era o apelo mais forte ao futuro que as outras ciências sociais pareciam apresentar aos jovens paulistas. É nesse sentido que Barradas se esforça por re-valorizar a História, definindo-a como uma disciplina que também aponta para o futuro, em primeiro lugar porque “a primeira e indispensável condição para nos libertarmos da *historia*, do *passado*, está precisamente no estudo da História, no conhecimento do Passado”, em segundo lugar porque, como já vimos, as ciências históricas constituíam a base teórica para outras disciplinas “mais operacionais”, como a Economia, a Sociologia e, em especial, a Sociologia do Desenvolvimento – “...os estudos sobre o desenvolvimento estão – ou devem estar – penetrados de história. A própria noção de desenvolvimento está ligada à noção de tempo, à noção de evolução.”<sup>169</sup>

Assim, a simples inversão do clássico esquema teleológico-progressista apresentada por Jobson<sup>170</sup> não parece, nem de longe aceita por Barradas – que, como historiador marxista e comunista atuante, não poderia deixar de projetar o futuro como o verdadeiro sentido da História –, além disso não nos ajuda a compreender a forma como o autor define historicamente os Descobrimientos.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem. para todas citações desse parágrafo.

<sup>170</sup> O trecho apresentado por Jobson não deve, porém, ser reduzido somente a essa “simples inversão do esquema teleológico”. O trecho tem como base a leitura que Eduardo Lourenço faz em a *Mitologia da Saudade* sobre a cultura portuguesa. Parece-me, entretanto, que uma leitura apressada de Lourenço produziu a equivocada impressão de inversão do sentido progressista. Pode ser também que, por não ter desenvolvido melhor sua idéia, Jobson tenha se expressado mal no restrito espaço em que desenvolveu seu raciocínio, e neste caso, o equivocado serei eu. Cabe somente ao autor do trecho anteriormente citado traduzir o que efetivamente queria dizer. A minha própria leitura de Lourenço poderá ser apreciada mais adiante, neste mesmo capítulo

O lugar no devir histórico onde Barradas situa o Renascimento Português está para além da valorização do Futuro – que é, sem dúvidas, o traço mais marcante de sua identidade teórica – e para além da simples valorização do passado. Para ele é esse episódio que dá coerência a todo o processo histórico lusitano e, mais do que isso, é onde encontram-se o futuro e o passado português: um instante fora do tempo, a determinar eternamente a História de um povo. Se minha interpretação estiver correta poderíamos aproximar a imagem dos descobrimentos em Barradas daquilo que Mircea Eliade define como mito, que “conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos”.<sup>171</sup>

Eu sei que essa é uma imagem ousada, e peço ao leitor que não a interprete literalmente. Na verdade ela cumpre mais uma função retórica, discursiva. Não se trata de acreditar que de fato o tempo dos descobrimentos seja semelhante ao tempo mitológico descrito por Eliade, mas apenas ressaltar uma certa *sacralidade* que a mentalidade portuguesa atribui a esse período.

Podemos acompanhar as origens dessa noção de *sacralidade* ligada aos descobrimentos em outros campos de produção cultural não diretamente ligados a historiografia. Se pensássemos na literatura, por exemplo, não tardaria a vir à mente a obra *Mensagem* de Fernando Pessoa. Que o tema central dessa obra sejam os descobrimentos, e que esse período seja considerado por Pessoa como momento chave da História Lusitana não é nenhuma novidade. O interessante, porém, é que a interpretação histórica de Pessoa – de cunho poético – se aproxima da de Barradas – de caráter acadêmico – em um aspecto central: a determinação de futuro e passado pelos Descobrimientos.

Acompanhando as poesias de Pessoa podemos observar com clareza o delinear de uma linha Histórica Portuguesa centralizada na mítica dos Descobrimientos. O que orienta essa opinião é a noção de *Destino*, que marca fortemente sua poesia. Em Pessoa, a História de Portugal é conduzida pela Providência Divina para o seu grande momento – a conquista do mundo através dos oceanos. Nos versos sobre o Infante D. Henrique essa opinião aparece com clareza:

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

---

<sup>171</sup> Mircea Eliade. *Aspectos do Mito*. Lisboa, Edições 70. 1986.

Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.”<sup>172</sup>

Se continuarmos analisando o seu texto veremos como, assim como em Barradas, o fim dessa Era luminosa se dá com o cair de uma escura *Noite* sobre Portugal – a União Ibérica, ou, para sermos mais específicos, com o desaparecimento de D. Sebastião. No poema “Prece”, apresentado logo após “A última nau” – que neste caso seria o navio que transportou D. Sebastião em sua última viagem –, vemos a forma como ele caracteriza o período que se segue ao fim da dinastia de Avis:

“Senhor, a noite veio e a alma é vil.  
Tanta foi a tormenta e a vontade!  
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,  
O mar universal e a saudade.”<sup>173</sup>

Além disso, assim como em Barradas, a visão que Pessoa tem do Portugal contemporâneo é também negativa:

“Tudo é disperso, nada é inteiro.  
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...  
É a Hora!”<sup>174</sup>

Porém, talvez o aspecto mais interessante da interpretação de Pessoa seja a sua esperança no reerguimento português. É nesse sentido que deve ser interpretado o último verso da citação anterior – como um anúncio profético e ao mesmo tempo um chamamento à ação dirigido aos lusitanos. Também nesse sentido devemos entender as últimas linhas do poema dedicado ao Infante:

“Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.  
Senhor, falta cumprir-se Portugal.”<sup>175</sup>

Toda essa esperança ganha em Pessoa a simbologia do “Retorno do Encoberto”. A mística sebastianista vincula-se, assim, à interpretação histórica de Portugal centrada nos Descobrimentos. A volta de D. Sebastião simbolizava o *anseio* e *destino* lusitano em relação ao reerguimento de sua pátria, que

<sup>172</sup> Fernando Pessoa. *Mensagem*. Martin Claret. São Paulo, 2005.

<sup>173</sup> *Idem*.

<sup>174</sup> *Idem*.

<sup>175</sup> *Idem*.

naturalmente só seria possível com a retomada dos valores que orientaram a sociedade portuguesa em sua fase áurea.

Se for possível observar nesses anseios e esperanças de Pessoa, a influência do sebastianismo, não devemos deixar de analisar a leitura que o Padre Antonio Viera nos apresenta na sua *História do Futuro*<sup>176</sup>. Remontar ao século XVII significa para este trabalho investigar com mais cuidado as bases dessa mentalidade que tem como apelo principal o reviver de um Passado Glorioso. A conhecida obra de Viera interpretava as profecias sebastianistas como o anúncio da formação do “Quinto Império” – que uniria o mundo inteiro sob a autoridade do Rei de Portugal. O Passado (reinado de D. Sabastião) destinado a refazer-se no Futuro orienta toda a História Portuguesa.

Mas o grande problema da aproximação dessas duas leituras da História Portuguesa (Pessoa e Vieira) com a de Barradas é o fato de que o último atue num campo intelectual radicalmente distinto dos primeiros. Barradas é um historiador acadêmico, e eu estaria cometendo um grave erro se afirmasse que ele leva em consideração a mística sebastianista em sua interpretação sobre a História, ou que se orienta pela noção de *Destino*. Porém, não é no campo da reflexão racional que devemos localizar a influência dessa mentalidade na obra de Barradas, e sim no campo do inconsciente – o que as esperanças sebastianistas oferecem, não só a Barradas, mas a toda uma parcela de intelectuais portugueses, são anseios e expectativas, uma motivação emocional que não deixará de estar presente em seus trabalhos.<sup>177</sup>

<sup>176</sup> AntonioVieira. *História do Futuro*. Casa da Moeda. Lisboa, 1992.

<sup>177</sup> Isso torna o meu trabalho muito próximo ao tipo de produção historiográfica que era especialidade de Barradas: a História das mentalidades. Na definição de Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes*. CIA das Letras. São Paulo, 1989: “O que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é a insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo. As sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade delimitam o campo específico da história das mentalidades, distinguindo-a com muita clareza de disciplinas paralelas e hoje consolidadas, como a história das idéias ou a história da cultura...” Ao nos oferecer essa definição Ginzburg pretendia, na verdade, afastar-se da História das mentalidades, já que defendia que seu trabalho como uma “história das idéias”, que não lidava com esses fatores inconscientes. Ironicamente, isso torna o meu trabalho, nesse sentido, o contrário de *O queijo e os vermes*. Enquanto Ginzburg analisa a as opiniões de um homem do povo a partir da história intelectual, eu analiso as posições de um intelectual a partir da história das mentalidades. O grande problema é que nos últimos anos a história das mentalidades tem sofrido duras críticas. A principal delas é a que contesta a própria validade da noção de “mentalidade”. Sendo o inconsciente, por definição, algo fundamentalmente individual, como poderia ser compartilhado por um grupo social? Vista assim, as mentalidades parecem algo tão improvável quanto um “inconsciente coletivo” – uma determinação social de ordem quase mágica, sem fundamento empírico.

Já que entramos, assim, no campo do psicológico, talvez seja útil um breve estudo de uma categoria poética tão importante para a cultura portuguesa: a *saudade*.

A palavra “saudade” sempre esteve profundamente vinculada ao imaginário lusitano. Todos conhecem bem a lenda de que ela seria encontrada apenas na língua portuguesa e que seria, portanto, intraduzível. Isso quase chega a ser verdade: apenas no galego existe a mesma palavra (às vezes grifada como *soidade*) e, na língua romena, a palavra “*dor*” tem um significado semântico equivalente – onde a palavra portuguesa “*dor*” é traduzida por “*durere*”<sup>178</sup>. Outra lenda seria a de que teria sido cunhada no período dos Descobrimentos “para definir a solidão dos portugueses numa terra estranha, longe de entes queridos. Define, pois, a melancolia causada pela lembrança; a mágoa que se sente pela ausência ou desaparecimento de pessoas, coisas, estados ou ações.”<sup>179</sup>. Se essa segunda lenda pudesse ser confirmada seria particularmente interessante para esse trabalho: a idéia de que a “saudade” teve como data de nascimento o período dos descobrimentos – período que posteriormente iria ocupar um lugar central na relação “saudosa” do português com o seu passado – abriria um leque ainda maior de reflexões para este trabalho.

Entretanto como esta dissertação não tem a menor pretensão filológica, vamos deixar essas possibilidades de lado e prosseguir com o que temos. Chamo a atenção do leitor para o fato de ter definido, no parágrafo anterior, a relação do português com o seu passado como “saudosa”. Isso não implica, como pode parecer a princípio, a noção de que o passado constitui apenas uma perda. Afinal, em seu sentido dicionarizado a saudade seria: “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou de coisas distantes ou extintas, *acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las; nostalgia*”<sup>180</sup>

---

Ao utilizar o conceito de mentalidade, entretanto, eu me refiro não diretamente à sua apreensão psicológica no indivíduo, mas a um determinado tipo de discurso, esse sim compartilhado, que apela para o inconsciente individual de cada ator social envolvido. A forma como esse discurso compartilhado é apreendido pelo inconsciente de cada pessoa é única, singular; mas isso não nos impede de observar que tipo de apelo emotivo esse discurso apresenta para o grupo social como um todo.

<sup>178</sup> Conforme Verbete “Saudade” da *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Saudade>> Último acesso: 29 jun. 2008.

<sup>179</sup> *Wikipédia*. Idem.

<sup>180</sup> Verbete “Saudade” de Aurélio Buarque de Ferreira. *Aurélio, séc. XXI*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999. Grifo meu

Nesse ponto, a leitura dos trabalhos de Eduardo Lourenço pode nos ser muito útil. Esse filósofo português dedicou alguns de seus mais importantes trabalhos à investigação da categoria “saudade” e da sua importância na mentalidade portuguesa.

No livro *Mitologia da Saudade*<sup>181</sup> – embora ressalte que, enquanto modalidade de apreensão do tempo, “a nostalgia, a melancolia, a própria *saudade*, reivindicada pelos portugueses como um estado intraduzível e singular, são sentimentos universais”<sup>182</sup> – ele nos traça a forma singular como os portugueses vivenciam esse sentimento:

“No seu berço céltico, o da Galícia e de Portugal, a *saudade* parece modulada pelo ritmo do mar. Descobre-se, sem bem o saber ainda, que a eternidade é feita de tempo, e o tempo, de eternidade. *Tudo aí é simultaneamente, passado e presente*. Essa música de fundo, primeiro exterior, tornar-se-á música da alma.”<sup>183</sup>

Essa forma específica de vivenciar a saudade parece oferecer aos portugueses o cenário, o pano de fundo para um espetáculo que se desenrolará no infinito. É sobre essas bases psicológicas que a cena dos Descobrimentos alcança o seu status de *mito*, que, no sentido eliadiano, determina todo o tempo mundano – passado, presente e futuro.

Continuar a leitura de Lourenço pode nos ajudar a elucidar ainda mais esse ponto:

“Com a *saudade*, não recuperamos apenas o passado como paraíso; inventamo-lo. O nosso povo, imemorialmente rural, absorvido por fora em afazeres desprovidos de transcendência, mas levados a cabo como uma epopéia, com o seu talento do detalhe, da miniatura, é um povo-sonhador. Não especialmente por ter cumprido sonhos maiores que ele, mas porque, no fundo de si, ele recusa o que se chama a realidade. *Ou, se se prefere, a ordem do tempo, rio sem regresso.*”<sup>184</sup>

Na mentalidade portuguesa o rio da História tem regresso, ou, mais do que isso, a correnteza não chega a arrastar consigo o tempo mítico dos descobrimentos, que está sempre presente, simultaneamente em todos os lugares.

Além da *Mitologia da Saudade*, uma outra publicação, mais antiga, de Eduardo Lourenço, lida também com o tema da saudade na mentalidade

<sup>181</sup> Companhia das Letras. São Paulo, 1999.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem. Grifo meu

<sup>184</sup> Idem. Grifo meu

portuguesa. Esse livro tem o sugestivo nome de *O labirinto da saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*<sup>185</sup>. Trata-se de uma coletânea de artigos publicada pela primeira vez em 1978. A maior parte dos textos haviam sido escritos nos anos que sucederam a Revolução dos Cravos e refletem o clima dessa época. Lourenço parece ter sentido um desconforto semelhante ao de Barradas com os descaminhos da política e da sociedade portuguesa após o 25 de Abril. O *labirinto* a que se refere o título é a própria mitologia da saudade que os portugueses forjaram e elevaram à condição de verdade histórica. Segundo o autor essa visão mitificada da história lusitana impediria o país de enxergar a realidade – de que Portugal seria um país humilde que jamais teve um significativo peso no cenário mundial. Essa cegueira auto-imposta impossibilitava uma visão pragmática que apontaria melhor para as soluções dos problemas da sociedade portuguesa. Dessa forma, esse livro nos mostra Lourenço como um intelectual engajado, tão preocupado quanto Barradas com os rumos do Portugal pós-revolucionário, embora o segundo jamais tenha se desvencilhado da mitologia da saudade criticada pelo primeiro.

No *Labirinto da Saudade*, Lourenço utiliza-se de conceitos provenientes da psicanálise para abordar o problema. Assim orientado, localiza alguns “traumas” que estariam na origem da *mitologia* que turvava a visão de mundo portuguesa. O primeiro deles seria o próprio surgimento do Estado enquanto país independente: ato tão improvável, e por tantas vezes na história posto em risco, que acabou ganhando a conotação de “milagroso”, ou, “providencial”, justificado apenas pela intervenção divina:

“Essa leitura popular do nosso destino colectivo exprime bem a relação histórica que mantemos connosco mesmos enquanto entidade nacional. Nela se reflete a consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma protecção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projeto humano sem a flecha da esperança a orientá-lo. *Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica* e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação *irrealista* que mantemos connosco mesmos.”<sup>186</sup>

A completar esse quadro traumático encontramos, como não poderia deixar de ser, a grande ameaça histórica à independência do Estado português: a União Ibérica.

<sup>185</sup> Publicações D. Quixote. Lisboa, 1992.

<sup>186</sup> Idem. Grifo meu

“Sessenta anos em contacto direto (e na economia invisível da história porventura frutuosa) com o *interlocutor imediato* de um viver que foi e é sempre múltiplo *diálogo* mas que nós teimamos em contemplar como *solilóquio*, permitiram, enfim, que nos descobríssemos às avessas, que sentíssemos na carne que éramos (também) um povo *naturalmente* destinado à *subalternidade*. Esta experiência constitui um *segundo traumatismo*, de conseqüências mais trágicas que o primeiro. E disto, os nossos historiadores não cuidaram. (...) Nesses sessenta anos o *nosso ser profundo mudou de sinal*. Como portugueses esperamos do *milagre*, no sentido mais realista da palavra, aquilo que, razoavelmente, não podia ser obtido por força humana. A morte do Padre Malagrida, um Vieira sem gênio nem sorte, pôs termo (ou interrompeu) esse ciclo de sebastianismo activo que representou, ao mesmo tempo, o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e *essa carência é real*.

Das duas componentes originais da nossa existência histórica – desafio triunfante e dificuldades de assumir tranquilamente esse triunfo – aprofundamos então, sobretudo, a nossa ‘dificuldade de ser’, como diria Fontenelle, a histórica dificuldade de subsistir com plenitude política. Tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter) que a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era o termos sido*. (...) Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar *simultaneamente* o futuro e o passado.”<sup>187</sup>

Mas, após localizar os traumas históricos, restava a Lourenço explicar porque o período dos Descobrimentos em especial foi eleito pela mentalidade lusitana como o cerne de sua mitologia. Esse esforço pode ser acompanhado no seguinte trecho:

“A exaltação culturalista da imagem de Portugal só pôde ter esse perfil precisamente em função da realidade da vocação *imperiais* que durante quinhentos anos fizeram parte de nossa atividade histórica, e cuja lembrança, mais ou menos intermitente, mas nunca de todo apagada, *constituiu durante esse período o núcleo da imagem de Portugal* que interiormente nos definiu. A fixação historiográfica no período das Descobertas não foi apenas um reflexo dos historiadores da ‘direita’, em Portugal. Investigadores ilustres da ‘esquerda’ a elas consagravam – acaso sem dar conta do carácter melindroso dessa fixação em tempos de má-fé integral como os que vivemos nas últimas décadas – um labor precioso e inovador. (...) A fusão das *duas imagens* – a nacional e a imperial – começou no dia em que os Reis de Portugal compareceram no tablado do mundo que os seus navegadores alargaram com o encarecente e renascente epíteto de ‘senhores’ da Guiné, Etiópia, Índia, etc. A *loucura* tinha nos entrado pelas portas adentro ou saído barra do Tejo fora, loucura certa com os poderes do tempo e nossa enquanto colonizadora e conquistadora, mas insidiosamente corruptora (como já Gil Vicente o pressentiu) dessa *primitiva imagem lusitana* de que cada português conhecia com o olhar e os pés a força e a extensão. Quinhentos anos de existência *imperial*, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente ao privilégio de colonizadores, tinham fatalmente de contaminar e mesmo de transformar *radicalmente* a imagem dos Portugueses não

<sup>187</sup> Idem. Todos os grifos, exceto o último, são do autor.



só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo *império* devimos *outros* (...).

Todavia, no caso português, o mais interessante não foi aquilo que esse ‘império’ fez de nós, tornando-nos realmente *outros*, como ingleses e holandeses outros se tornaram com as respectivas aventuras imperiais, mas aquilo que ele de nós *não fez*. (...) marcas duradoras na alma de quem ‘teve’ quinhentos anos de Império *nada*, ou só a *ficção* encarecente que n’*Os Lusíadas* ecoa, não como mudadora da alma, mas como simples *nomemclatura* extasiada de terras e lugares que na verdade, salvo Goa, nunca habitamos como senhores delas. Durante um breve período, os calorreadores desse Império – mas sobretudo os portadores nele da fé católica – juntaram à sua *imagem* de portugueses a *nova imagem* de terras e costumes desconhecidos e prodigiosa é a soma desse saber de experiência sofrida, mas essa *nova imagem* ficou como que suspensa no interior do percurso autônomo da cultura metropolitana, nem a bem dizer ‘exótica’, marginalizada, sem função alguma no nosso *imaginário*. O que *fomos como portugueses da Metrôpole*, o que éramos como donos reais ou potenciais de terras longínquas ficou separado e separado continuou praticamente até ao fim de uma das mais insólitas aventuras colonizadoras do planeta. Só num Vieira existiu a *dupla e mítica participação* nessa aventura que não foi de dupla face, mas de diversificada espécie e por isso não nos converteu *noutros* tanto como se poderia esperar.

Inexistente como fonte de vivências capitais modeladoras da nossa *imagem corporal e moral*, o Império português serviu no entanto para lhe alterar o plano ficcional, o carácter sensato. O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português cultivado (e por contágio nos outros), ao pequeno país para lhe dar *uma dimensão mágica* e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um ‘grande país’ (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu) economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez.”<sup>188</sup>

Peço perdão ao leitor a longa citação, mas era preciso para que pudéssemos acompanhar a gestação dessa mentalidade. Embora eu não chegue a concordar totalmente com Lourenço que os quinhentos anos de aventura imperial não chegaram a mudar nada na “alma” portuguesa, reconheço que a principal herança dessa experiência foi a gestação da ficção que compensava a insignificância metropolitana com sua extensão imperial. Esse artifício sim, para Lourenço, e também para mim, se tornou o cerne da cultura portuguesa, uma estratégia escapista proveniente de um complexo de inferioridade que tinha bases sólidas, materiais.

Ironicamente, conforme observa Lourenço, a perda de um Império que era “parte da nossa *imagem corporal, ética e metafísica de portugueses*, acabou sem

<sup>188</sup> Idem.

*drama.*”<sup>189</sup> Na década de 70, a consciência nacional portuguesa assistiu, sem que isso lhe causasse um novo trauma, como seria de se esperar, a separação de suas últimas colônias. Porquê?

Acredito que, nesse momento, o Império português não precisava mais existir empiricamente para justificar as pretensões portuguesas à grandeza. Só precisava existir historicamente e miticamente, só precisava existir em um momento sublimado do passado – um momento retirado do próprio devir material do tempo para existir eternamente enquanto modelo que não envelhece, não fica para trás. Nesse sentido, importava pouco o presente do Império, o que realmente era importante era o fato de que ele havia existido, e de que havia em seu momento histórico, influenciado os rumos de uma História Mundial. Sua existência, ainda que no passado, era prova cabal da importância de Portugal.

Há também um outro ponto que o posicionamento de Barradas e de outros intelectuais de esquerda, que muito antes do 25 de Abril já defendiam a independência das colônias e apoiavam seus movimentos revolucionários, pode ajudar a compreender. Para Barradas a libertação das colônias não era o fim do Império, apenas uma possibilidade de evoluir essas relações, que no passado haviam sido marcadas pelo despotismo, para algo melhor. Mas essa discussão será mais bem desenvolvida adiante.

Importante para delimitarmos um pouco melhor essa questão, será a investigação do desenvolvimento do que chamaremos de “discurso decadentista” na Historiografia Portuguesa. Podemos observar as origens desse discurso em historiadores do século XIX como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins, que vão influenciar no século XX autores como Jaime Cortesão e Antonio Sérgio. Em todos eles a análise da decadência da sociedade portuguesa – que, naturalmente ganha uma interpretação diferente em cada caso – parece estar acompanhada de uma “saudade” do passado glorioso<sup>190</sup>.

O nascimento desse discurso historiográfico não poderia deixar de estar vinculado ao cenário cultural europeu do século XIX. As conexões mais evidentes são o Romantismo, o surgimento do conceito de Nação contemporâneo – e as

---

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Embora nem sempre esse passado glorioso remonte diretamente aos Descobrimientos, como é o caso de Alexandre Herculano e Antero de Quental que exaltam a Idade Média portuguesa.

questões por ele suscitadas<sup>191</sup> – e, a constituição da História como disciplina. Sem essa base tripla seria difícil imaginar um discurso mais sistemático da História Portuguesa, e portanto, uma manifestação realmente historiográfica da noção de tempo singular que tenho descrito.

Internamente, o discurso decadentista, vincula-se ao aumento da sensação de fragilidade nacional vivida pelos portugueses a partir desse período. O século já inicia com o país sob ocupação, ou custódia, estrangeira – primeiro francesa, depois inglesa –, entre os anos 1808 e 1820. A ausência do rei punha a própria existência da nação em cheque e, tal qual durante o domínio filipino, devia criar o sentimento de “orfandade de corte”. Nesse período, como diria Lourenço, “a consciência da nossa *fragilidade histórica* projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro.”<sup>192</sup>

Além disso, ao longo do século crescia o impacto da industrialização na sociedade europeia, e, à medida em que outros países iam se desenvolvendo, ficava cada vez mais evidente o atraso português. Esse fosso econômico que se cavava entre Portugal e o resto da Europa era ainda mais doloroso quando comparado ao fosso histórico – real ou imaginário – entre o Portugal quinhentista, ponta de lança da cristandade e dono de metade do mundo, e o Portugal dezenovista, periferia do mundo civilizado.

Herculano é, possivelmente, o primeiro historiador moderno a fazer essa denúncia, que vai dar origem ao discurso decadentista. Talvez somente por isso um liberal, monarquista, adversário do socialismo e tão desconfiado das camadas populares, tenha despertado tanto interesse de Barradas, que o considera como o

---

<sup>191</sup> Nesse sentido, tanto o nacionalismo proveniente da Revolução Francesa – que entendia a Nação como uma comunidade política de indivíduos atuantes e conscientes – quanto o do Romantismo alemão – que entendia a Nação como uma comunidade com costumes e comportamentos em comum, como uma cultura – são importantes na constituição do discurso decadentista, pois ambos ensejavam uma reflexão, e mais do que isso, uma definição da Pátria, de Portugal. Se, na perspectiva romântica, cabia investigar a história e a cultura portuguesa como parte constitutiva do ser lusitano, para o nacionalismo liberal cabia ao próprio indivíduo a definição do que era sua Nação: “Como cidadão, sujeito de direitos ‘universais’, o homem liberal torna-se responsável pelo *destino* e pela *figura* dessa nova entidade, a Pátria-Nação e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessa qualidade *assumi-la*, quer dizer, ao mesmo tempo aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica.” Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem.

Sobre a discussão sobre o Nacionalismo no século XIX, ver Eric HOBSEBAWM. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Paz e Terra. São Paulo, 1990.

<sup>192</sup> Idem.

“primeiro historiador português” e o coloca no ponto de transição da “História-Crônica” para a “História-Ciência”.<sup>193</sup>

Sintomaticamente, Herculano “buscava na história do passado doutrina para o presente.”<sup>194</sup> Entretanto, diferente da maior parte de seus sucessores, ele projetava a Idade Média como a fase áurea da história portuguesa<sup>195</sup>, entendendo o Renascimento como o início da decadência<sup>196</sup>.

Dos historiadores do século XIX, Herculano é o que projeta a mais forte sombra sobre Barradas. Na leitura que faz de Herculano se esforça em projetar nele uma concepção historiográfica muito semelhante à teleologia marxista. Ou, mais precisamente, se esforça por ver nele, junto com Voltaire, Condorcet, Michelet, Thierry e Guizot, um prenúncio da História-Ciência que surgirá pela primeira vez com o marxismo<sup>197</sup>. Herculano é o principal gancho com o qual ele une duas de suas principais referências teóricas: a tradição portuguesa e a filosofia marxista.

A geração seguinte à de Herculano dará prosseguimento a essa denúncia de decadência com ainda maior veemência e desespero. É a geração de 1870, das famosas “Conferências do Cassino”, cujo principal nome é, sem dúvida, Antero de Quental. Para ninguém pareceu mais evidente e incomoda a decadência de seu tempo: “A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é dum dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história...”<sup>198</sup> Assim como em

<sup>193</sup> “O Herculano liberal, o Herculano anti-democrata e anti-socialista, o Herculano adepto da monarquia cartista (...) situa-se como historiador, como homem de ciência, na linha de evolução e de revolução que conduz a Marx e ao marxismo...” Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. Idem.

O que vincula Herculano ao fim da História-Crônica, é o fato de que, para ele: “Não são os grandes homens que fazem a história, mas talvez, em grande parte, pelo contrário, a história é que faz os grandes homens.” Barradas de Carvalho. *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Seara Nova. Lisboa, s/d.

Para Barradas isso o aproximava, mais do que qualquer contemporâneo, da moderna história social.

<sup>194</sup> Conforme Barradas de Carvalho. *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Idem.

<sup>195</sup> Influenciado, possivelmente, pela leitura de Tocqueville “*O Antigo Regime e a Revolução*” e influenciando, por sua vez, Antero de Quental.

<sup>196</sup> Barradas não consegue se furtar de comentar essa inversão: “...embora uma análise superficial nos possa deixar chegar a conclusão contrária.” *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Idem.

<sup>197</sup> Como também pode-se observar no seguinte trecho: “Herculano, tal como Thierry e Guizot, os seus grandes mestres, situa-se, como historiador, na linha de evolução e de revolução que conduz a Marx, ao marxismo e à grande história que é a dos nossos dias. A crônica prolongou-se em Portugal até Herculano. A história nasce em Portugal com Herculano. Alexandre Herculano é o primeiro historiador português.” Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. Idem.

<sup>198</sup> Antero de Quental. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Ulmeiro. Lisboa, 1996.

Herculano, o auge do passado português encontra-se no período medieval – período da descentralização, do federalismo, da independência, “singularmente democrático” em relação à época. Mas Antero reconhece ainda o valor dos últimos séculos da Antiguidades e do primeiro período da Renascença – o início dos Descobrimentos:

“As descobertas que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV não se fizeram ao acaso. Precedeu-se um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saíram homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influência, directa ou indirectamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsular.”<sup>199</sup>

Mas, apesar de que, em seu momento inicial, os descobrimentos fossem uma das grandes realizações da vitalidade ibérica, ainda em seu estágio histórico de grandeza, foram eles também, conjuntamente à Contra-Reforma e à ascensão da Monarquia Absolutista, uma das causas da decadência que se seguirá:

“Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do *catolicismo*, pelo concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro o desenvolvimento das *conquistas* longínquas. Estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um facto contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três factos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma ou pela filosofia; a elevação da *classe média*, instrumento do progresso nas sociedades modernas, directora dos reis, até o dia em que os destronou; a *indústria*, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus; a *classe média*, impondo aos reis seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governado; a *indústria*, finalmente, é o oposto do espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio.”<sup>200</sup>

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

A principal singularidade de Antero de Quental em relação aos outros autores portugueses vinculados ao discurso decadentista é que ele não fala de Portugal, mas de “povos peninsulares” – entendendo como um só o destino da Península Ibérica<sup>201</sup>. Nesse sentido se afasta de Barradas e outros portugueses que tanto desgosto tinham em ser confundidos com seus vizinhos espanhóis<sup>202</sup>.

Ainda assim, sua leitura parece ter sido muito influente na formação intelectual de Barradas. Ao relacionar a atuação da Inquisição Portuguesa e a União Ibérica como os principais fatores para o declínio do Renascimento Português, Barradas poderia estar relendo duas das três “causas da decadência” de Antero: a Contra-Reforma e o Absolutismo. E, mesmo quando Antero acusa a expansão marítima como terceira “causa”, isso não o afasta de Barradas tanto assim, afinal, precisamos observar que Quental não negativiza os Descobrimentos enquanto Descobrimentos, ou seja, enquanto ato de descobrir – o alargamento do conhecimento geográfico do século XV –, mas apenas como conquista – o colonialismo dos séculos subseqüentes.

Apesar de optarem por enaltecer a Idade Média, no lugar dos Descobrimentos, como o momento de maior importância da História portuguesa, já encontramos em Herculano e em Antero de Quental a lógica do discurso historiográfico que marcará os autores portugueses que os sucederão: a valorização de um dado momento do passado, vinculada a crítica mordaz da decadência presente, e o desejo de retomada desse momento histórico como forma de superação dos problemas atuais. É isso que caracteriza o que chamo de discurso decadentista, e não necessariamente a eleição dos Descobrimentos como tema central.

O desenvolvimento desse discurso prossegue com Oliveira Martins – político, escritor, historiador, socialista, amigo e admirador de Herculano e de Antero de Quental. “Herdeiro indirecto de Michelet, Oliveira Martins percebe e vê Portugal como uma *identidade*, podia-se dizer, como uma *pessoa* como Michelet via a França...”<sup>203</sup> Semelhante a vida de uma pessoa, os povos tinham

<sup>201</sup> É preciso observar, entretanto, que esse destino em comum jamais significou, para Antero, a defesa de uma unidade política peninsular. Nem poderia ser assim para um defensor do federalismo, como ele era. Por isso, a condenação do período da União Ibérica como um dos fatores de decadência, visto que era uma afirmação do absolutismo despótico e centralizador.

<sup>202</sup> Contrariando Quental, Barradas insiste sempre na idéia de “dualidade da civilização ibérica”, como pode-se ver em *Rumo de Portugal*. Idem.

<sup>203</sup> Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade...* Idem.

um ciclo natural de nascimento, crescimento, envelhecimento e, até mesmo, morte. Assim, a decadência contemporânea portuguesa era entendida por ele como um processo natural, quase inevitável. Nesse sentido, entre os autores aqui analisados, é o que mais se distancia da lógica da historiografia decadentista conforme descrita no parágrafo anterior.

Sua importância na construção desse discurso vincula-se: em primeiro lugar a vigorosa denúncia do atraso português; em segundo, ao fato de ter vinculado essa denúncia a um projeto de futuro – o socialismo –, defendido mais na condição de político do que de historiador; em terceiro, ao fato de ter escrito uma obra que, talvez mais do que as dos autores anteriores, serviu como referência para os historiadores subsequentes – *A História de Portugal*<sup>204</sup>; e, em quarto, ao fato de ter deslocado a valorização histórica da Idade Média – tal qual acontecia em Herculano e Quental – para os Descobrimentos<sup>205</sup>.

Na periodização proposta por Oliveira Martins a história portuguesa é dividida em quatro períodos:

“No primeiro, o da dinastia de Borgonha, não nos destacamos ainda bem do sistema dos Estados peninsulares: somos um d’ eles, e a independência provém exclusivamente do espírito separatista da Idade Média personalizado no ciúme absolutista dos reis e barões portugueses. – Depois de Aljubarrota, porém, o sentimento de independência nacional torna-se popular, desde que a revolução do Mestre d’Avis o faz coincidir com o interesse particular da região portuguesa. Entretanto a vida marítima fora-se desenvolvendo; e a nova dinastia obedece, conquistando o litoral da África aos marroquinos, a corrente histórica peninsular; e inicia, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional: pode então dizer-se que por um momento Portugal esteve à testa da história da Espanha.

A terceira época abrange, a nosso ver, a infeliz empreza do domínio oriental, onde o movimento marítimo nos levou. Os elementos de vida própria, formados na época anterior, produziam uma colonização à antiga e uma literatura neolatina: nestas duas circunstâncias provamos faltar-nos uma fibra de intima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão das emprezas, o limitado dos nossos meios, os erros políticos, finalmente, condemnaram-nos à perda da independência. – Se na quarta e final das épocas da nossa história voltamos a reganhá-la, a nossa vida aparece, contudo, outra. Ao império oriental perdido, vem a exploração e colonização do Brasil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brasil, voltamos-nos agora, a ver se a África pode dar-nos os meios de custearmos as despesas de um país pequeno e mediocrementemente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do machinismo nacional. Holanda do extremo

<sup>204</sup> Guimarães Editores. Lisboa, 1972.

<sup>205</sup> Esse último ponto é controverso. O posicionamento de Oliveira Martins em relação a ele muda de acordo com o período de sua vida. Este trabalho toma como base sua posição na *História de Portugal*. Idem., que considero sua obra mais influente no meio historiográfico.

ocidente, radicada no corpo da Espanha como ela o está no corpo germânico, só num ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independência excepcional; só a custa de recursos coloniais podemos talvez satisfazer as múltiplas e dispendiosas exigências da organização econômica, científica e moral, hoje inseparáveis e indispensáveis a existência de uma nação.”<sup>206</sup>

Assim, o período da dinastia de Borgonha seria como que a infância portuguesa – os primeiros passos, incertos, de um país recém-nascido; a dinastia de Avis e o início dos Descobrimentos, a juventude vigorosa; o período da ocupação da Índia, a partir do reinado de D. Manuel, a velhice que culmina com a morte do reino – o desastre de Alcácer-Quibir e a perda da independência<sup>207</sup>. Os anos que se seguem ao fim da União Ibérica não chegam a ser um renascimento, são mais como uma sobrevida – vivida apenas por causa das colônias –, e Portugal é como um cadáver que não foi enterrado. Suas últimas palavras deixam, entretanto, entrever uma pequena pontada esperança para o futuro da Nação.

Uma leitura superficial do último trecho citado pode dar a entender que, assim como Antero, Oliveira Martins ao mesmo passo que valorizava a primeira fase dos Descobrimentos (século XV), localizava essas conquistas como uma das causas da decadência posterior. Isso seria um equívoco, já que como, para Oliveira Martins, a decadência tratava-se de um processo natural, ela não tinha causas, mas apenas sintomas – entre os quais estariam a “anárquica” ocupação da Índia e o surgimento da Inquisição portuguesa<sup>208</sup>. Um outro ponto que o separa da leitura de Qüental é que, se no último o epicentro da História Portuguesa é a Idade Média – sendo o início dos Descobrimentos apenas a fase final desse auge –, em Oliveira Martins o período henriquino é o verdadeiro apogeu do povo português.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> note que o capítulo que descreve esse período na *História de Portugal* recebe o título de: “A catástrofe”

<sup>208</sup> Sobre esse ponto é interessante a leitura do seguinte trecho sobre os anos que antecederam o domínio filipino: “Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580: os sintomas mórbidos (...) diagnosticavam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruíra o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exarcebaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morto instantaneamente.” Ou ainda: “Todo reino sofria dos sintomas dessa doença, e muitos previam a crise final que se aproximava; entretanto, quase todos, acostumados a um padecer crônico, nascidos já na atmosfera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia, do beaterio e do vício, da simonia e da ferocidade piedosa. A Inquisição, a Índia, e as pestes concorriam para perverter a moral, aguçando nos espíritos desejos orgíacos, irritando cóleras funebes, terrores extravagantes.” Oliveira Martins. *História de Portugal*. Idem.



Nossa análise do discurso decadentista português chega assim ao século XX, onde encontramos aquele que talvez seja o seu principal expoente: Antonio Sérgio. Antes de tudo, chamo atenção para o caráter polemista dos escritos – historiográficos ou não – deste autor, que estava fortemente empenhando em denunciar a decadência da cultura em Portugal – o “Reino Cadaveroso”<sup>209</sup>.

Na sua interpretação, o grande momento da cultura portuguesa localizava-se no século XV. Numa análise que vai inspirar profundamente muitos historiadores posteriores – Barradas em especial – Sérgio entendia que a experiência das navegações e dos descobrimentos haviam colocado o português da época na vanguarda do conhecimento Renascentista. Deparando-se, em suas viagens, com realidades radicalmente diferentes daquelas descritas pelas geografias antigas, os navegantes portugueses adquiriram um senso crítico que lhes permitiu rejeitar os argumentos baseados na “autoridade”. Surgia assim uma valorização da experiência como base do conhecimento, que seria o fundamento para o desenvolvimento intelectual europeu nos séculos seguintes. No entanto, o Renascimento Quinhentista era para Sérgio uma “promessa não cumprida”. No século seguinte já se iniciaria a decadência, que ele explicava, influenciado por Antero de Quental, a partir da atuação da Inquisição – que sufocara o rico cenário cultural quinhentista – e pela passividade econômica que era fruto das próprias conquistas ultra-marinhas.

“Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, (...) e a muitos respeito na vanguarda (...) Depois, desde essa data o facho apaga-se (...). Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra, – se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivavam no estrangeiro, que se não entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país.”<sup>210</sup>

Essas palavras nos permitem entender que, para Antonio Sérgio, em meio à escuridão que caracteriza o “Reino Cadaveroso” em sua quase totalidade, existem alguns “fachos de luz”: o primeiro o de uma época inteira – o século XV –, os outros são lampejos, brilhos isolados que, na ignorância dos séculos que se

<sup>209</sup> António Sérgio. “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, *In: Ensaios*. Sá da Costa. Lisboa, 1972.

<sup>210</sup> Idem. Na nota 40 do capítulo terceiro, “Explicação de Portugal”, de *Rumo de Portugal*, Barradas transcreve um segmento ainda maior do texto de Antonio Sérgio, no qual está inserido o trecho acima apresentado: Ao final de uma longa citação, Barradas acrescenta: “É com a mais profunda emoção que transcrevemos estas palavras imortais do grande Antonio Sérgio...”

seguiram, explodiram na figura dos “portugueses excepcionais” – intelectuais que, como ele, corajosamente criticaram a mentalidade que atrasava seu país e que tentaram, sem sucesso, reformar a sociedade lusitana recolocando-a na trajetória da qual havia sido desviada depois do século XV. Sobre esse aspecto a Tese de Ana Luiza Marques é esclarecedora:

“Os ‘excepcionais’ têm o mérito de buscar a mudança a partir da denúncia da decadência. Eles denunciaram o mal vivido pela mentalidade portuguesa e, assim, renderam ao futuro o legado do que deveria ser Portugal.

O estado de decadência contrasta, por um lado, com o passado glorioso e vanguardista do quinhentismo, por outro, com os ‘portugueses excepcionais’ que denunciaram o absurdo da situação, sendo incompreendidos e perseguidos.

(...) A noção da promessa não cumprida [do século XV] dá unidade à história de Portugal tanto quanto a denúncia dos ‘portugueses excepcionais’. Provavelmente, o mito do ‘Reino Cadaveroso’ oferece à história de Portugal unidade e sentido, visto que as goradas tentativas de mudança pela denúncia da decadência apenas fortalecem a promessa.”<sup>211</sup>

Tudo isso torna a obra de Antonio Sérgio um exemplo bem característico do discurso decadentista que temos descrito. Ana Luiza parece concordar comigo quando diz que “Antonio Sérgio se filia à tradição que retira o futuro do passado.”<sup>212</sup>

Sérgio é uma grande influência na obra de Barradas. Dele Barradas parece ter herdado, principalmente, a valorização da cultura experiencialista vinculada aos Descobrimientos Quinhentistas; a caracterização do Portugal contemporâneo como o “Reino Cadaveroso” do obscurantismo; e a dos intelectuais como *heróis* incompreendidos, que nesse cenário sombrio lutam contra as trevas da ignorância e se esforçam em fazer cumprir, enfim, a promessa do passado. A enorme admiração de Barradas por Antonio Sérgio pode ser observada no seguinte trecho d’*O obscurantismo salazarista*:

“...Antonio Sérgio ocupa um lugar que ainda não foi superado, nem talvez sequer igualado. Poderemos talvez dizer, sem grande exagero que a interpretação global da História de Portugal, a explicação de Portugal no seu complexo conjunto, sofreu até hoje duas rupturas claras, bem marcadas. A primeira está ligada à passagem da *Crônica à História-Ciência* com a obra de Alexandre Herculano. A segunda está ligada à descoberta, por Antonio Sérgio, da importância da costa

<sup>211</sup> Ana Luiza Marques. *O Futuro por Herança – História e cultura na proposta reformista de Antonio Sérgio*. Tese de Doutorado/PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2005.

<sup>212</sup> Idem.

portuguesa, dos portos, dos descobrimentos marítimos, de um gênero de vida nacional alicerçado numa burguesia comercial e cosmopolita.”<sup>213</sup>

Jaime Cortesão é outra importante referência para Barradas. Talvez sua figura seja ainda mais importante pelo fato de suas biografias possuírem um importante ponto em comum: ambos foram exilados por motivos políticos. A coincidência diz respeito ainda aos locais escolhidos como refúgio – Cortesão saiu de sua terra natal em 1927, após a fracassada tentativa de derrubar a Ditadura Militar portuguesa indo, primeiro para a França, e depois de 1940, quando da invasão nazista, para o Brasil, onde se estabeleceu no Rio de Janeiro e aí permaneceu até 1957, quando regressou a Portugal. Em 1958 chegou a ser preso, junto com Antonio Sérgio, após ter se envolvido na campanha presidencial de Humberto Delgado. No Brasil Jaime Cortesão, assim como Barradas faria mais tarde, dedicou-se ao ensino universitário, e estabeleceu um profícuo diálogo com o meio acadêmico brasileiro. Especializou-se, principalmente nos anos em que aqui esteve, na História dos Descobrimientos e na Formação Territorial Brasileira (sobretudo o bandeirismo paulista).

Na sua obra, *Os factores democráticos na formação de Portugal*<sup>214</sup>, se esforça por caracterizar o período de formação da sociedade portuguesa como uma longa preparação para os Descobrimientos, um esforço progressivo, para tornar Portugal uma nação marítima.

A atuação política e intelectual de Cortesão, anterior ao longo exílio, esteve fortemente relacionada a um movimento cultural que ele ajudou a fundar na cidade do Porto e que tinha o sugestivo nome de “Renascença Portuguesa”. Esse grupo, do qual faziam parte também Antonio Sérgio, Raul Proença e Leonardo Coimbra, teve como um dos seus principais mentores Teixeira de Pascoaes, poeta português que foi, junto com Fernando Pessoa, um dos mais notáveis representantes do movimento estético conhecido como *saudosismo*. Em Teixeira de Pascoaes esse movimento adquiriu um evidente caráter de

---

<sup>213</sup> Idem.

Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, Nº 138, Março de 1969., na ocasião do falecimento de Antonio Sérgio.

<sup>214</sup> Horizonte. Lisboa, 1978.

messianismo sebastianista e pretendia, tomando a saudade como princípio dinâmico e renovador levar a cabo, pela ação cultural, a regeneração do país<sup>215</sup>.

“... é de Pascoaes a fórmula maravilhosa do *Verbo Escuro: o futuro é a aurora do passado*. (...) É nesse sentido que Pascoaes nos outorga e se outorga o estatuto de Povo-Saudoso, quer dizer, de povo que apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e outra exige a promessa da vida.”<sup>216</sup>

O que permitia que a Renascença Portuguesa não se confundisse com o saudosismo era o seu caráter, mais propriamente político do que poético. Suas duas principais publicações eram a Revista “A Águia” e o quinzenário “A vida portuguesa” – que era dirigido por Cortesão. O movimento estava fortemente relacionado com implantação da República em 1910, e seu principal objetivo era, nas palavras de Jaime Cortesão, “dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana”. Esse reformismo, como o próprio nome do grupo sugere, não poderia deixar de estar vinculado a um resgate do passado português, conforme podemos ver no seguinte trecho, retirado da abertura do primeiro número do jornal “A vida portuguesa”, escrito pelo próprio Cortesão: “*Portugal acorda com um reflorir de energias antigas*, que acomodando-se ao tempo, procuram criar dentro duma nova concepção da Vida.”<sup>217</sup>

<sup>215</sup> A esse respeito ver a reflexão desenvolvida anteriormente neste trabalho sobre Fernando Pessoa.

Ver também Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem. e, sobre Teixeira de Pascoaes, Jacinto do Prado Coelho. “Prefácio” In: Teixeira de Pascoaes. *Obras Completas*. Bertrand. Lisboa, 1965. Volume I.

Apesar das divergências que separam Teixeira de Pascoaes e Pessoa, optei aqui por vinculá-los ao mesmo movimento literário porque entendo que é inegável a grande influência que o primeiro exerce sobre o segundo.

Sobre esse aspecto é interessante acompanharmos Lourenço no *Labirinto da Saudade*: “Não há em toda a nossa literatura um diálogo-combate mais fundo e complexo que o que entrelaça as aventuras poético-espirituais de Pessoa e Pascoaes. Em última análise, a aventura de Pessoa é uma tentativa – bem lograda, mas não de todo triunfante – para reestruturar em termos adequados ao seu gênio próprio e a um tempo de tenacidade cosmopolita, o misticismo sem sombra de má consciência poética nem lingüística, do autor inspirado de *Regresso ao Paraíso e Marânus*.”

Outro trecho de Lourenço, sobre a ruptura de Pessoa com Pascoaes em 1912 e sua saída da “Renascença Portuguesa” – quando o jovem poeta anuncia-se a si mesmo como um *Super-Camões* – pode ser também útil para a compreensão desse ponto: “O anúncio do *Super-Camões* significa apenas que a visão simbólica de Pascoaes e do Saudosismo devia ser *superada* por uma outra, e superada à maneira de Hegel (tão citado no seu ensaio crítico-profético), quer dizer, elevando-a à consciência de si mesma, conservando-lhe a intuição de base, o núcleo neoplatônico.” Idem. Além disso, na minha forma de entender, mais tarde, em 1934, na sua obra *Mensagem*, Pessoa opera uma reaproximação do *saudosismo* que havia rejeitado na juventude. Sobre esse ponto remeto mais uma vez o leitor ao trecho em que analiso a poesia de Pessoa.

<sup>216</sup> Eduardo Lourenço. Idem.

<sup>217</sup> “A vida portuguesa” In: *A vida portuguesa*. Porto, 31 de Outubro de 1912. Nº 1. Disponível em: <<http://purl.pt/284>> Grifo meu.

Ainda que reunisse personalidades de tendências diferentes, o movimento tinha subjacente um ideal nacionalista e messiânico, radicado na tendência sebastianista da mentalidade portuguesa de procurar uma *regeneração* nacional, sempre adiada, mas sempre presente em todos os períodos da história lusitana.

Cortesão afastou-se da “Renascença Portuguesa” para fundar, em 1921, junto com Augusto Casimiro e Raul Proença, a revista *Seara Nova*, que recebeu, a partir de 1923, a colaboração de Antonio Sérgio, que havia também rompido com Teixeira de Pascoaes. Mais tarde Cortesão e Sérgio vão também desvincular-se da revista. Mas apesar desses rompimentos é inegável a influência que a “Renascença Portuguesa” e o grupo da revista *Seara Nova* exerceram no pensamento desses dois autores. Atrevo-me a afirmar que a convivência com Teixeira de Pascoaes na “Renascença Portuguesa” foi a principal fonte da “contaminação” de Sérgio e Cortesão pela mentalidade sebastianista, que será transmitida para seus sucessores, Vitorino Magalhães Godinho e Barradas de Carvalho.

É evidente que esse “sebastianismo” ganhou em Sérgio e Cortesão uma leitura historiográfica e acadêmica que o afastaram tanto do sebastianismo popular ou do sebastianismo poético de Pascoaes que nem ousou mais chamá-lo dessa forma, optando por caracterizar essas leituras, assim como as de Herculano, Antero e Oliveira Martins, como “discurso decadentista” – corrente historiográfica influenciada pela mentalidade sebastianista sem se confundir com suas manifestações mais evidentes, as poéticas. Mas é importante lembrarmos que o discurso decadentista não pode ter sido a única forma de contato, indireta, de Barradas com essa mentalidade. Como português culto que era, é improvável que Barradas não tenha sido, assim como seus predecessores, “contaminado” diretamente por essa *mitologia da saudade*, para usar a expressão de Lourenço, diretamente.

Assim, se por um lado, essa mentalidade de origem sebastianista – essa *mitologia da saudade* – ofereceu a Barradas a imagem dos descobrimentos enquanto “era de ouro” que estaria destinada a ser revivida, por outro lado a inserção dessa “era” numa cadeia de eventos históricos compreendidos numa lógica de causa e consequência só poderia ter surgido devido ao tratamento historiográfico que recebeu por parte não só de Barradas, mas de outros historiadores portugueses que o influenciaram. Desta forma a mentalidade

sebastianista, a teleologia historiográfica clássica (especialmente a marxista) e o discurso decadentista português se amalgamaram no pensamento de Barradas, cada um cumprindo uma função diferente na inserção dos descobrimentos no centro da linha histórica lusitana: onde o primeiro elemento oferece a obsessão inconsciente por esse “tempo mítico”, o segundo e o terceiro oferecem a coerência necessária para dar a essa “obsessão” uma roupagem acadêmica.

Para visualizarmos melhor essa rede de influências acadêmicas atuando sobre a personalidade de Barradas, eu elaborei a figura apresentada na página 135. Trata-se de um mapa de suas principais influências historiográficas. Podemos verificar em cada um dos autores citados (especialmente os encontrados na chave “Escola Portuguesa”) a presença de um discurso marcado ou pelo sentido progressista historiográfico clássico, ou pelo discurso decadentista, e cada um deles exerce, diretamente ou não, uma influência sobre Barradas.<sup>218</sup>

É preciso, antes de concluir esse capítulo, observar que, pelo menos na leitura de Barradas, a historiografia decadentista portuguesa não apresentava algo que era impossível de conciliar com a noção da História como progresso. Afinal o que tornava os Descobrimentos um verdadeiro centro da História era justamente o fato desse período ser caracterizado como o momento em que a sociedade portuguesa esteve mais evoluída em relação aos seus contemporâneos. Todo mal dos séculos posteriores estava no fato de se ter extraviado dessa rota. A saudade, leia-se o desejo de retorno a essa Era, passava necessariamente pela retomada da jornada no ponto em que ela tinha estacionado no século XVI. Digo isso porque,

<sup>218</sup> Para tanto foi consultada pelo menos uma obra referente a cada um dos autores, dando preferência às escritas pelos próprios. No caso da chave “Escola Portuguesa”, por exemplo, a lista de obras utilizadas é seguinte:

Antero de Quental – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*;

Oliveira Martins – *História de Portugal*;

Antonio Sérgio – *Breve Interpretação da História de Portugal*;

e Jaime Cortesão – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*.

Essa lista foi elaborada de acordo com o reconhecimento do próprio Barradas na “Introdução” de *Rumo de Portugal* em relação aos autores que mais o influenciaram na elaboração do que ele chama de uma “*Explicação de Portugal*”. Exclui-se deste caso, é claro, a obra sobre Alexandre Herculano. Neste caso acreditei que ser ainda mais interessante lidar com a leitura que próprio Barradas faz desse autor em *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*.

A esses se somam apenas dois autores que Barradas cita explicitamente: Sérgio Buarque de Hollanda e Robert Ricard. Nenhum deles é analisado mais detidamente nessa parte do trabalho pois, ainda que evidentemente tenham exercido forte influência na obra de Barradas, por não serem portugueses, não faria sentido investigar neles o que tenho definido como “discurso decadentista”.

Além desses, Barradas reconhece a importância de outros “historiadores e sociólogos, portugueses, brasileiros, franceses” para sua *Explicação de Portugal*, mas prefere não mencioná-los “com receio de fazer alguma omissão involuntária ou indevida.”

como insisti muito nas origens sebastianistas, no caráter messiânico e na analogia com o *mito* quando tratei dos antecedentes intelectuais de Barradas, posso ter provocado no leitor uma idéia equivocada. Como “homem de ciência”, marxista e historiador formado pelos *Annales*, em Barradas, acima de qualquer outra influência, prevalecia a noção progressista da História. Sua singularidade reside no fato dessa prevalência não ter significado a exclusão de idéias de ordem diferente e, até mesmo, opostas. Habilmente ele soube amalgamar essas duas noções históricas distintas, assim como soube também amalgamar a teoria marxista com a história dos *Annales*, sem ver nelas nenhuma contradição irreconciliável.

Todas essas diferentes influências que recebeu – acadêmicas ou não, contraditórias entre si ou não –, atuando juntas em sua personalidade, permitiram que ele definisse os Descobrimentos como algo semelhante ao olho de um Furacão. No centro da História Portuguesa esse ponto era o local onde tudo parecia melhor do que o que estava fora, mas, na verdade, era esse mesmo centro que fazia tudo girar ao seu redor. Essa analogia só não é mais perfeita porque se, na natureza, o olho do furacão é uma zona de calma e os ventos mais violentos estão ao seu redor, na leitura de Barradas os Descobrimentos é que são o momento da verdadeira ação histórica – período em que Portugal encarnou o Progresso, e esteve à frente da evolução das sociedades européias –, tudo que está além deles é passividade, imobilidade histórica e atraso.